



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0000924-49.2018.5.17.0012

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 02/10/2018

Valor da causa: R\$ 11.850,00

Partes:

RECLAMANTE: HUGO NOCE LUCHI

ADVOGADO: GABRIEL BATISTA MARTINELLI

ADVOGADO: RAFAEL SANTOS DE ALMEIDA

RECLAMADO: LEONARDO TSCHAEN

ADVOGADO: MARCOS DA CONCEICAO VITORIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA
ATSum 0000924-49.2018.5.17.0012
RECLAMANTE: HUGO NOCE LUCHI
RECLAMADO: LEONARDO TSCHAEN

EDITAL DE LEILÃO

O (A) MM (a). Juiz(a) da 12ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, FAZ SABER que o leiloeiro designado, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, levará a público pregão, os bens abaixo relacionados, para alienação por maior lance, nos termos do § 1º do art. 888 da CLT mediante as seguintes condições:

O leilão ocorrerá na modalidade **ELETRÔNICA** de alienação, no ambiente do site **www.suedpeterleiloes.com.br**, tendo sua abertura no dia **05 de abril de 2021** a partir das 15:00h e, não havendo licitante, fica desde já designado o dia **28 de abril de 2021**, a partir das 15:00h. Para realização do segundo leilão, admitindo-se lances com valor inferior ao da avaliação, desde que não seja considerado preço vil (Art. 891, caput e Parágrafo Único do CPC /2015).

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no site acima citado e encaminhar os documentos para análise e liberação do cadastro, ao leiloeiro, conforme as normas estabelecidas no site.

Descrição do(s) bem(ns): I/RENAULT KGOO EXPRESS16, Placa MTY5482, Ano 2010/2011, cor branca, furgão, alcool, gasolina, 219.500 Km em boas condições de conservação descrito no auto de penhora Id 066f600.

Valor da avaliação: R\$ 17.000,00 em 05/02/2021.

Localização do(s) bem(ns): RUA SÃO LUIZ, 3, CASA LO3, QUADRA U, ALTEROSAS, SERRA/ES - CEP: 29184-235

**Fiel depositário: Reginaldo de Oliveira Gomes,
CPF 003.729.527-63**

**Valor de Execução: R\$ 12.952,06 atualizada até 17
/07/2019.**

**Obseração: Registro de Baixa de Alienação
Fiduciária informado por BANCO SANTANDER S/A em 22/05/2014 às 16h55
min para LEONARDO TSCHAEN, informado no Dossiê Id a2fab74.**

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante ao leiloeiro, além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. O depósito a ordem do Juízo deverá ser efetuado pelo leiloeiro, além da prestação de contas nos termos do art. 705 do CPC.

Os lances serão preferencialmente pagos integralmente à vista no ato do leilão, ou 20% no ato do leilão e o restante em 24 horas, nos termos do Art. 888, § 2 e § 4 da CLT, através de guia judicial vinculada ao processo, a qual será emitida pelo leiloeiro.

O arrematante pagará à vista, em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, ao leiloeiro.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será apreciado requerimento de parcelamento, caso haja, nos termos do Art. 895, do CPC/2015.

O leiloeiro prestará contas do leilão em até dois dias úteis subsequentes ao depósito do lance feito pelo arrematante, nos termos do art. 884, § V do CPC/2015.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação que cancelem a realização do leilão já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao

montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do exequente.

Quando se tratar de bens móveis, havendo necessidade e, após determinação do magistrado, poderá o leiloeiro efetuar a remoção dos mesmos, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (Art. 740, § 2º CPC/2015 e Art. 159 CPC/2015).

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (Art. 789-A, VIII, da CLT).

A executada não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

O leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, também de imediato, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro para dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s)s no estado de conservação em que se encontrar(em), não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados.

Em caso de arrematação, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável. (Art. 903, CPC/2015)

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

Atendendo ao princípio da ampla publicidade (Art. 887, § 2º do CPC /2015) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado e também afixado na sede do juízo.

Caso algumas das partes se encontrem em local incerto e não sabido, ESTE EDITAL SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO (Art. 889, Parágrafo único, CPC /2015).

Ficam desde já intimados da realização do leilão.: RECLAMANTE: HUGO NOCE LUCHI e seu Adv.: Gabriel Batista Martinelli, OAB: ES23391 e RECLAMADO: LEONARDO TSCHAEN e seu Adv.: Marcos da Conceição Vitorio, OAB: ES27275

Dado e passado nesta cidade de VITORIA/ES.

Eu, Solange de Jesus Peçanha, técnica judiciária,
digitei.

VITORIA/ES, 19 de março de 2021.

ROBERTO JOSE FERREIRA DE ALMADA
Magistrado



Assinado eletronicamente por: ROBERTO JOSE FERREIRA DE ALMADA - Juntado em: 19/03/2021 10:11:44 - 46da6cc
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/21031820064538200000022529401?instancia=1>
Número do processo: 0000924-49.2018.5.17.0012
Número do documento: 21031820064538200000022529401